

Cidade de São Paulo: Mudanças Recentes da Economia Metropolitana

Ricardo Carlos Gaspar

Professor do Departamento de Economia da PUC-SP

Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP

E-mail: ricgaspar@gmail.com

Cimar Alejandro Prieto Aparicio

Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

E-mail: cimar.aparicio@gmail.com

Resumo

O presente texto aborda aspectos econômicos e políticos relevantes derivados da nova morfologia do grande aglomerado urbano que constitui São Paulo, cuja configuração atual adquiriu expressão a partir do último quartel do século passado. Na primeira seção, recuperamos alguns condicionantes históricos relacionados às políticas de ajuste recessivo dos anos 1980-90 e suas implicações no Brasil e na região metropolitana paulista. Logo, identificamos as principais dinâmicas metropolitanas associadas à globalização e suas manifestações em São Paulo, para, na sequência final, analisar mais de perto as novas determinações que se desenham na cidade de São Paulo, produzindo como resultante o reforço, em bases muito alteradas, de sua centralidade, daí extraíndo algumas conclusões gerais para construir uma política de desenvolvimento regionalmente equilibrada no Brasil.

Palavras-chave: economia metropolitana; desenvolvimento regional; reestruturação produtiva; globalização; cidade de São Paulo.

City of São Paulo: recent metropolitan economy changes

Abstract

The present article discusses relevant economic and political characteristics derived from the new morphology of the great urban agglomerate that constitutes São Paulo, whose actual configuration has obtained expression since the last quarter of the past century. The first section recovers some historical conditions related to recessive adjustment politics of the years 1980-90 and their implications in Brazil and São Paulo metropolitan region. Then, we identify the principal metropolitan dynamics associated to globalization and its manifestations in São Paulo. Following we proceed to a closer analysis of the new determinations producing effects in the city of São Paulo, strengthening, in a very differentiated basis, its centrality, and express some general conclusions aimed to formulate a regionally balanced development policy in Brazil.

Key Words: *metropolitan economy; regional development; productive restructuring; globalization; city of São Paulo.*

Introdução

A maioria dos investigadores urbanos na atualidade concebe as (grandes) cidades como a escala relevante na qual os atributos globais da economia contemporânea são concebidos e materializados. Na realidade, o âmbito econômico, político e social das modernas metrópoles (as “megacidades”) continuamente transcendem os limites de jurisdições locais, usualmente referenciados aos centros da cidade-núcleo (*downtown city core* ou *central business district*), os quais têm sido o ponto focal dos estudos tradicionais de economia urbana.

A contínua regionalização dos centros urbanos acompanha as profundas transformações da economia contemporânea, sobrepondo – quando não substituindo – o papel industrial originário das cidades pelo aprofundamento de suas características terciárias. São tendências universais que em cada lugar assume características particulares. A cidade de São Paulo é um bom exemplo dos vetores atuais da economia globalizada e seus impactos em urbanidades compactas, historicamente constituídas em função da indústria, em países em desenvolvimento. Contudo, aqui o setor manufatureiro *não* é inteiramente deslocado pelos serviços. Mais precisamente se observa uma profunda reestruturação da economia urbana, reconfigurada e realocada majoritariamente no espaço regional de entorno a cidade de São Paulo e seus limites metropolitanos originários, ainda carente de um diagnóstico mais preciso. Constitui uma nova espacialidade urbana, conectada com os processos de urbanização planetária, de reestruturação produtiva, com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação, e com a hegemonia do capital financeiro e suas interações com o capital imobiliário – rumo ao qual grande montante do excedente financeiro da economia mundial é direcionado.

Não obstante, é preciso sublinhar que a reestruturação (e a diminuição do peso) da indústria no Brasil sofre presentemente os efeitos deletérios de circunstâncias macroeconômicas negativas, motivadas por fatores tanto internos, quanto externos a economia do país. O artigo não analisa tais perspectivas, porém reconhece que, no médio e longo prazo, semelhante situação deve exercer influência duradoura negativa sobre a configuração produtiva regional e nacional.

Com a adoção das premissas anteriores como tela de fundo, o presente texto aborda aspectos econômicos e políticos relevantes derivados da nova morfologia do grande aglomerado urbano que constitui São Paulo, cuja configuração atual adquiriu expressão a partir do último quartel do século passado. Após esta introdução, na primeira seção recuperamos alguns condicionantes históricos relacionados às políticas de ajuste recessivo dos anos 1980-90 e suas implicações no Brasil e na região metropolitana paulista. Logo, identificamos as principais dinâmicas metropolitanas associadas à globalização e suas manifestações em São Paulo, para, a seguir, analisar mais de perto as novas determinações que se desenham na região metropolitana de São Paulo, produzindo como resultante o reforço – em bases alteradas - de sua centralidade, daí extraindo algumas conclusões gerais para a materialização de uma política de desenvolvimento regionalmente equilibrada no Brasil.

Aspectos históricos remotos e recentes

A primazia urbana que leva à atual centralização metropolitana encontra eco profundo na realidade da América Latina, pois, aqui, a projeção do mundo europeu, mercantilista e burguês fez com que, a partir do século XVI (sobretudo em sua porção hispânica, e mais tarde na América portuguesa), as cidades assegurassem a imposição da cultura europeia, dirigissem o processo econômico e delineassem o perfil das regiões sobre as quais exerciam influência – no limite, toda a área latino-americana (Romero, 2009: 41-2). Os espanhóis acentuam o caráter da cidade como empresa racional, enquanto os portugueses, norteados por uma política de feitorias, de que só se desapegariam no século XVIII, criaram cidades irregulares, adaptadas aos contornos da natureza costeira (Holanda, 2006: 95-9). Porém o papel centralizador urbano, já precocemente estabelecido, se reforçou continuamente ao longo de toda a história do subcontinente.

A eclosão sócio demográfica, que remete à Revolução Industrial e que, na América Latina, está associada à massificação provocada pela intensa migração rural-urbana de fins do século XIX e primeiras décadas do XX, provocou – como em todo o mundo –, radicais transformações no cotidiano das populações, assim como em suas formas de sentir e pensar. Algumas dessas alterações foram para pior: os serviços públicos se tornaram mais deficientes, as distâncias mais longas, o ar mais impuro, a psicologia social extremamente tensionada, as desigualdades exacerbadas, os ruídos mais ensurdecadores. “Mas ninguém – ou quase ninguém – quis nem quer renunciar a cidade. Núcleos de concentração de forças, as cidades exerceram cada vez mais influência sobre a região e o país” (Romero, 2009: 364). Viver nela se transformou em um direito, “o direito de desfrutar dos benefícios da civilização, de gozar do bem estar e do consumo, quiçá o direito de submergir em um determinado estilo excitante de alienação” (*idem, ibidem*). Há que agregar: “viver nela” quer dizer, pelo menos, “sob seus influxos”, pois a excessiva densificação e os altos índices de urbanização em muitas regiões do mundo levam ao crescimento das cidades médias, as quais vivem, em grande medida, sob o poder gravitacional das metrópoles.

No Brasil, os impactos das políticas de ajuste macroeconômico aplicadas a partir do início da década de 1980 foram sentidos em profundidade, particularmente na região metropolitana de São Paulo (RMSP). Os planos de austeridade incidiram fortemente sobre uma estrutura produtiva diversificada e integrada, erigida de forma contínua, com decidido apoio estatal, entre 1930 e 1970. Nesse período, a atualização histórica do país foi rápida, em termos internacionais, resultando em incremento demográfico, expansão e diversificação do consumo, elevação dos níveis de renda e difusão dos meios de transporte modernos (automóvel e transporte de carga por rodovias), junto a uma divisão do trabalho muito mais complexa. Na esfera regional, a pesada herança colonial de desigualdades foi reproduzida sob as novas condições, com a região Sudeste – e, em parte, a Sul – se distanciando do resto do Brasil em todos os indicadores de comportamento econômico, geração de empregos e qualidade de vida.

A urbanização brasileira seguiu ritmo acelerado, concentrando gente e recursos em metrópoles e cidades médias, em escalões seletivos do território nacional. O país só conseguiu superar, em boa medida, a grave crise das duas décadas finais do século passado na segunda metade dos anos 2000. O Brasil emerge do abalo bastante modificado em relação aos parâmetros vigentes ao longo da maior parte do século XX, tanto na ação do Estado, quanto na organização produtiva e na composição social predominante (Gaspar, Aparicio e Bessa, 2015). Nesse contexto, do ponto de vista territorial, coloca-se em relevo a centralidade urbana, a qual, no Brasil contemporâneo, “se estende para além das cidades grandes e médias, estruturando espaços regionais amplos e diversos” (Brasil, 2008: 49).

O padrão histórico do desenvolvimento brasileiro ocorreu sempre de maneira muito concentrada, incapaz de valorizar de forma equânime a diversidade regional do país (Pochmann, 2009: 59-69). A partir de 1980, com as políticas de desconcentração produtiva (abandonadas nos anos 1990) e a ênfase exportadora, outras regiões do país adquiriram importância na composição do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Em que pese tal fato, a participação de cada região, no período 1996-2006, ainda revelava nítido predomínio do Sudeste, com mais de 50% do valor total do PIB nacional (IPEA, 2009: 402). Ao longo desse processo, a primazia urbana se viu continuamente reforçada, como analisaremos a seguir.

Polaridade espacial e centralização: o caso de São Paulo

Na dimensão atual do capitalismo, longe de perderem relevância frente aos processos associados a globalização, as metrópoles, no Brasil, experimentam mudanças profundas em seu tecido urbano e produtivo, que fortalecem – em uma nova configuração – sua polaridade econômica e demográfica. A própria ONU reconhece o protagonismo dos grandes aglomerados urbanos na economia global de nossa época, resultado dos emergentes vínculos entre o crescimento das cidades e os novos parâmetros da atividade econômica, organizada em sistemas (*clusters*) regionais (UN-Habitat, 2010: 8-10).

Na verdade, entendimentos recentes mais esclarecidos sobre a temática urbana no mundo dão conta de que a centralidade da aglomeração (a cidade) constitui apenas uma das dimensões morfológicas da urbanização capitalista. Como resultado de um processo histórico que atravessou todo o século XX e se intensificou numa escala inédita no último quartel do século passado, a urbanização – como Henri Lefebvre (1991-1991) já compreendia há cinquenta anos - se tornou global e completa, envolvendo territórios desmedidos que se espraiam muito além das concentrações urbanas, quaisquer que sejam seu volume ou extensão (Brenner, 2014). A cidade se esfacela internamente, isto é, perde a sua forma clássica, fragmentando-se em diversos polos com suas configurações de centro-periferia específicas, e “explode” no espaço circundante, cujo alcance abarca vastas porções de seu antigo hinterland e diversas escalas geográficas. Semelhante transbordamento da urbanização aniquila as diferenciações entre cidade e campo, e vincula diretamente economias locais e regionais aos fluxos transnacionais de insumos, commodities, trabalho e capital.

Contudo, a urbanização planetária não aniquila as diferenças de escala e as peculiaridades de padrões específicos de cidades, que exigem estratégias adaptativas de governabilidade. Tanto no Brasil como no mundo, o fenômeno da agregação territorial de amplos espaços urbanos extrapola os limites das antigas delimitações metropolitanas, provoca o inchaço da periferia pobre e agrava a segregação sócio-espacial. Em especial, a metrópole de São Paulo assiste a transformação acelerada de seu tradicional *status* econômico-industrial na direção de uma polaridade não somente econômica, mas marcadamente política, administrativa e cultural. Seu crescimento vertiginoso no século XX, resultado da intensa acumulação fordista (em seguida ao auge do café) que caracterizou boa parte do período, se traduziu nos planos urbanísticos e viários das décadas de 1930 e 1940, bem como na implantação da indústria automobilística, na segunda metade da década seguinte, que representaram decisivos pontos de inflexão em sua trajetória rumo a liderança na industrialização do país. Porém, a capital paulista, desde os anos 1990, se consolidou como centro prestador de sofisticados serviços corporativos e financeiros. O Estado de São Paulo caracteriza-se precisamente pela presença do mais amplo e complexo sistema de cidades do Brasil, conformando-se em

seu território uma intensa rede de articulações funcionais, nucleada pelo espaço de fluxos e relações que se estabelece no entorno da RMSP.

A contínua regionalização dos centros urbanos acompanha as profundas transformações da economia contemporânea, sobrepondo – quando não substituindo – o papel industrial originário das cidades pelo aprofundamento de suas características terciárias. A cidade de São Paulo é um bom exemplo das tendências atuais da economia globalizada e seus impactos em urbanidades compactas, historicamente constituídas em função da indústria, em países em desenvolvimento. Contudo, aqui o setor manufatureiro não é inteiramente deslocado pelos serviços. Mais precisamente se observa uma profunda reestruturação da economia urbana, reconfigurada e relocada, como já ressaltamos, em boa medida no espaço regional nucleado pela cidade de São Paulo, que extrapola os limites metropolitanos originários. Tal mudança constitui uma nova espacialidade urbana, conectada com os processos de reestruturação produtiva, a disseminação das tecnologias de informação e comunicação, e a hegemonia do capital financeiro e suas interações com o capital imobiliário – rumo ao qual grande montante do excedente financeiro da economia mundial é direcionado (Harvey, 2011; Somekh e Gaspar, 2012). Podemos afirmar que esse espaço regional ampliado segue muito de perto as tendências globais na direção de uma completa urbanização de alcance planetário (Brenner, 2014). Semelhante ao chamado, aqui no Brasil, processo de metropolização do espaço (Lencioni, 2015a).

A Região Metropolitana de São Paulo constitui o polo hegemônico de uma rede urbana, estadual, nacional e subcontinental, que multiplica centros regionais subsidiários, dotados de crescentes atributos econômicos, sociais e culturais, em áreas nas quais a metrópole dominante não mais possui condições ou interesse de capitalizar para si. A direção central do movimento de urbanização, desde os anos 1990, é claramente hegemônica pelo setor financeiro e as atividades a ele agregadas no conjunto do sistema econômico. Tal fenômeno, por sua vez, está correlacionado à desregulação geral e à concentração da renda que lhe é inerente, bem como a informalidade e a precarização das atividades produtivas de baixo valor agregado. Trata-se do conjunto de atividades de gestão do capital, que envolve tarefas materiais e simbólicas, cujo epicentro, no Brasil, está no município de São Paulo. Como outras regiões metropolitanas consolidadas (tradicionais) do mundo, a capital e a RMSP vêm perdendo peso no Produto Interno Bruto - PIB, pressionadas pela contínua queda na participação da indústria paulista na economia regional e nacional (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 - Participação no Produto Interno Bruto - 2000-2010 - Brasil, Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo

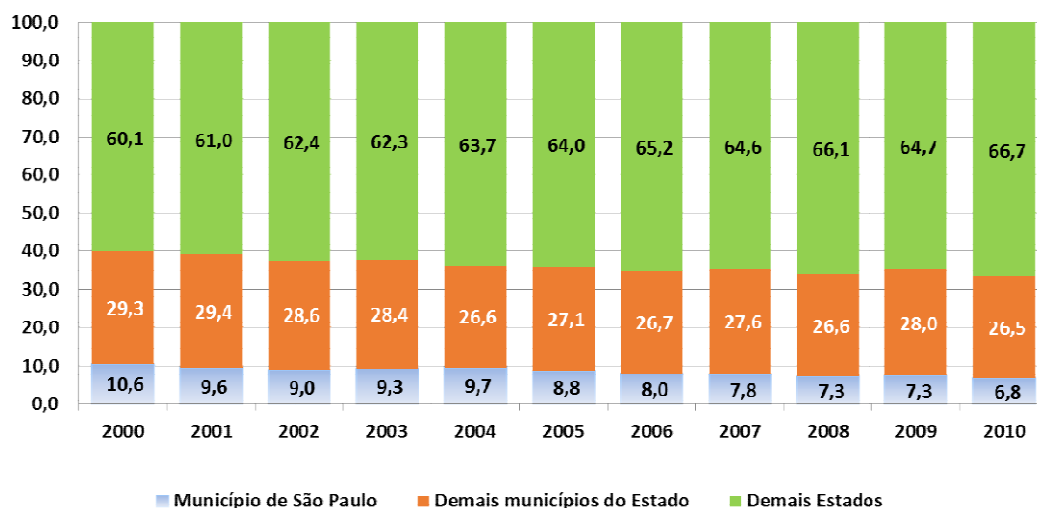
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no PIB (%)	
	2000	2010
Brasil	100	100
Sudeste	58,3	55,4
Minas Gerais	8,5	9,3
Espírito Santo	2,0	2,2
Rio de Janeiro	11,8	10,8
São Paulo	36,0	33,1

RMSP	20,6	18,6
Município de São Paulo	13,6	11,8
RMSP sem MSP	7,0	6,8
Interior do Estado	15,3	14,5

Fonte: IBGE, Fundação Seade. Elaboração dos autores.

Além do componente financeiro e das políticas recessivas e neoliberais aplicadas pelo governo brasileiro nos anos 1980 e 1990, a trajetória da São Paulo metropolitana nas décadas recentes reflete a opção das empresas tecnologicamente mais avançadas, com maior coeficiente de agregação de valor, de fortalecer a concentração de empregos e da produção nas regiões sul e sudeste do Brasil. Referimo-nos a indústrias, intensivas em capital, de material elétrico e de comunicações, de material de transporte, química, de informática e de papel, entre outras. Para elas, o que conta é a proximidade dos mercados consumidores, o acesso a melhor infraestrutura e a mais alta qualificação da mão de obra: por isso a preferência da maioria por localizar-se nas cercanias da capital paulista. Isso serve também para o setor de serviços (como os complexos educacionais e de saúde) e o comércio atacadista. Empreendimentos produtivos mais tradicionais, trabalho-intensivo – como a indústria têxtil, de alimentos e de calçados – percorrem o caminho inverso, de desconcentração produtiva, rumo a outras regiões do Estado ou do país. Nas regiões de Campinas e Sorocaba, mais próximas da RMSP, houve também o avanço de indústrias tecnologicamente avançadas na década de 2000 (Aparicio e Kalemkarian, 2013).

Gráfico 1 - Participação do Município de São Paulo no Valor Adicionado da Indústria do Brasil (em %) - 2000-2010

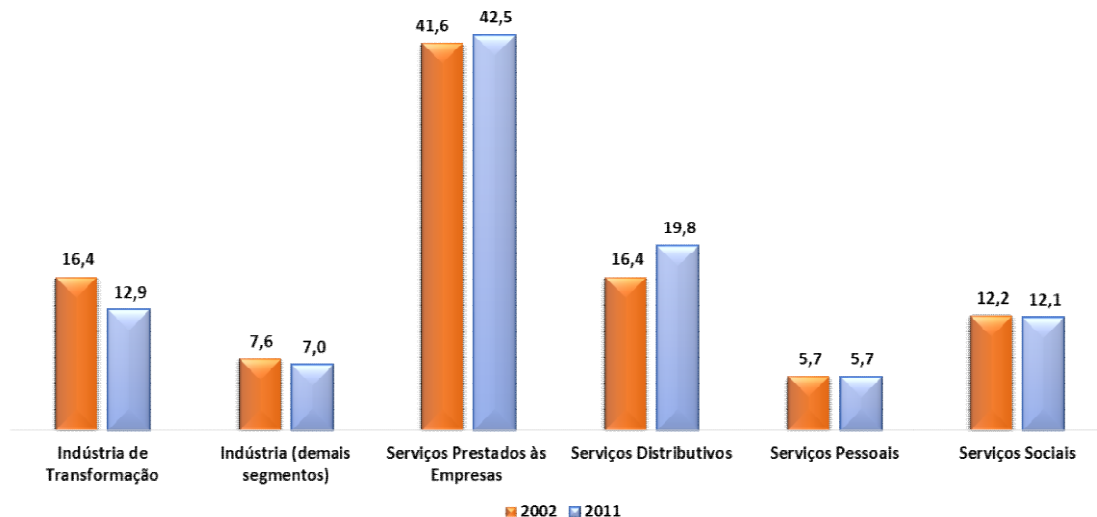


Fonte: IBGE, Fundação Seade. Elaboração dos autores.

O evidente processo de terciarização do município de São Paulo (presente em outras metrópoles mundiais; ver Scott, 2012) não pode aqui ser sinônimo de desindustrialização, pois, no segmento de serviços, os serviços de natureza empresarial ligados à esfera produtiva adquirem importância decisiva. No Gráfico 2 pode-se observar nitidamente o crescimento dos serviços distributivos, associados a atividades

de comércio, transporte e telecomunicações, bem como o elevado peso dos serviços prestados às empresas, com destaque para os serviços financeiros e de informação, na distribuição do valor adicionado no município de São Paulo.

Gráfico 2 - Distribuição do Valor Adicionado por segmentos de atividade econômica (em %) - 2002-2011 - Município de São Paulo

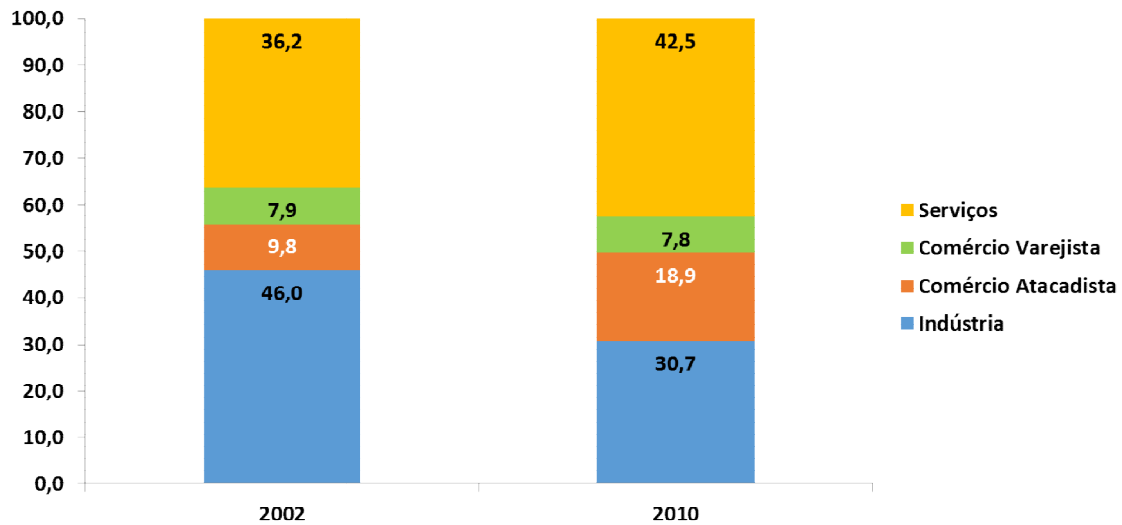


Fonte: Fundação Seade. Elaboração dos autores.

No Gráfico 3, por sua vez, visualiza-se – na capital paulista - a sensível redução do peso da indústria em termos fiscais. Com a queda do produto industrial, o município de São Paulo precisa contar cada vez mais com as receitas próprias, como o Imposto sobre Serviços (ISS) e sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) (Gráfico 4).

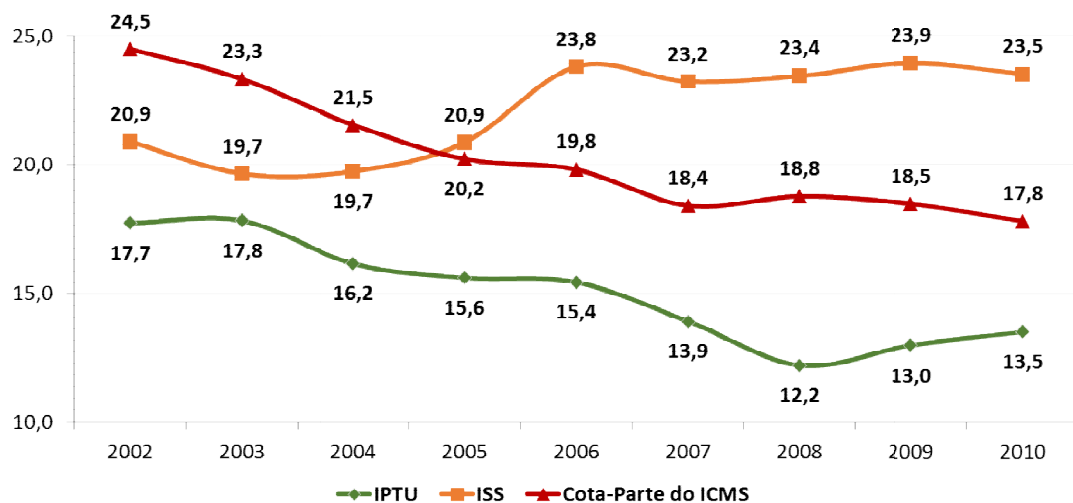
Contudo, o crescimento do terciário avançado na cidade e na metrópole de São Paulo deve-se, em boa medida, a base industrial pré-existente e aos vínculos que a economia de conhecimento estabelece com a chamada economia real. São novos nexos empresariais dependentes de fluxos de informação produzidos nos núcleos (lugares) mais avançados do sistema. É precisamente a concentração da inovação que hoje mais diferencia a RMSP e seu entorno do restante do país (Lencioni, 2015b).

Gráfico 3 - Distribuição da arrecadação total do ICMS (em %) - 2002-2010 - Município de São Paulo



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração dos autores.

Gráfico 4 - Participação de receitas selecionadas na receita arrecadada municipal (em %) - 2002-2010 - Município de São Paulo



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração dos autores.

A desconcentração industrial ocorrida nas últimas décadas no Brasil – que causou forte impacto à RMSP – seguiu um padrão hierárquico fundado no grau de inovação e dinamismo; isto é, “quanto mais moderna e dinâmica a atividade em questão, maior sua probabilidade de permanecer - ou mesmo se reconcentrar – na região correspondente a Macrometrópole Paulista” (Abdal, 2009: 55; Matteo, 2008). A integração da indústria com os serviços e o mencionado reforço, em São Paulo, de um terciário avançado, suporte da estrutura de controle econômico exercido a partir da capital, seguem a mesma direção.

O núcleo irradiador das novas dinâmicas urbanas - o setor de serviços produtivos e financeiros - é altamente especializado e globalmente conectado. Embora sua localização ocupe uma pequena dimensão territorial, é desde aí que emanam os padrões contemporâneos predominantes de estruturação social e produção do espaço. A mercantilização se dissemina. A crise do fordismo urbano implicou no predomínio do mercado como mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo, aspecto este característico da cidade neoliberal (Abramo, 2012: 36). Assim, o espaço urbano propriamente dito torna-se objeto de inversões diversificadas, o que aumenta a importância das externalidades de toda ordem, associadas a processos não raro massivos de deslocamento de atividades e pessoas (Sassen, 2010). A atividade produtiva é crescentemente descentralizada, mas sua integração e controle dependem de complexos serviços produtivos e financeiros altamente sensíveis a economias de aglomeração, presentes em certos núcleos urbanos do planeta (Sassen, 2001: xxi-xxiii).

Tal dinâmica econômica pode ser observada no chamado “centro corporativo metropolitano” na cidade de São Paulo (Bessa et al., 2012). Essa área corresponde a uma área de 146 km² de elevada densidade urbana, abarcando o chamado “centro histórico”, a Avenida Paulista e o eixo sudoeste (Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros). O centro corporativo metropolitano recebeu a maior parte dos investimentos anunciados no setor de serviços no município de São Paulo entre 2002 e 2012, sendo que neste último ano concentrava 55,7% dos empregos formais da capital (Bessa, 2014).

A conclusão de um estudo recente afirma, com propriedade:

Contrariando as interpretações mais simplistas da estrutura produtiva do MSP, entendemos que ela se complexificou nos últimos anos. É, ao mesmo tempo, imensamente diversificada e especializada. Diversificada porque contempla praticamente todas as cadeias produtivas. A maior parte da sua competitividade deriva dessa diversidade. E especializada no sentido de ser o principal pólo de produção brasileiro de uma série de atividades – inclusive industriais. Essa especialização em uma diversidade de segmentos explicita a força e o potencial competitivo de uma cidade como São Paulo, o qual, se relacionado a políticas públicas bem feitas, tem tudo para se ampliar (Freire *et. al.*, 2012: 60).

Além da desconcentração industrial, a perda de participação relativa da capital, da RMSP e do Estado de São Paulo no PIB nacional também pode ser creditada à posta em marcha de políticas regionais desconcentradoras (os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do governo federal, e a ascensão do agronegócio), na década de 2000, marcada pela retomada do crescimento do país com forte elevação da renda de setores mais pobres da população. O ciclo expansivo (interrompido em 2013, e desde então em estado de franco declínio) do país esteve ancorado em boa medida no consumo, especialmente das famílias que obtiveram ganhos de renda. Assim, os consumidores, embora se concentrem em metrópoles e capitais, elevaram proporcionalmente mais seu poder de compra em outras regiões, ditas “desfavorecidas”, do território nacional.

É preciso sublinhar, por fim, que a reestruturação da indústria no Brasil sofre, há muitos anos, os efeitos prejudiciais da sobrevalorização cambial, do consequente aumento das importações, do desinvestimento, bem como de um insuficiente dinamismo na incorporação de inovações de processos e produtos. Trata-se de um fenômeno de grave perda de eficiência sistêmica. Corre-se o sério risco de anular o esforço de décadas de construção de uma malha produtiva diversificada e integrada no país. A crise mundial deflagrada em 2008 responde por parte dessas consequências (sobre a crise e o papel central dos EUA na estruturação da economia global contemporânea, ver Varoufakis, 2015). A continuidade de semelhante situação exerce

influência duradoura negativa sobre a configuração produtiva regional e nacional e sua capacidade competitiva. É importante destacar ainda o impacto desfavorável para a indústria brasileira da ausência de uma política industrial e tecnológica consistente, que possibilite ganhos sustentáveis de produtividade e maior presença de produtos manufaturados brasileiros em mercados emergentes. São fatores macroeconômicos e estruturais que incidem fortemente sobre o comportamento industrial no espaço paulistano. Nesse contexto de enfraquecimento da atividade industrial, é relevante que o planejamento econômico dos municípios da RMSP repense as políticas econômicas e fiscais voltadas para as empresas de serviços, a fim de manter e fortalecer um setor terciário altamente diversificado.

Considerações finais

Concluimos, assim, que a polaridade da cidade de São Paulo se renova, assentada em diferenciada base econômica, ao tempo em que também multiplicam seus crônicos problemas. São negatividades que contrastam com um elevado dinamismo econômico e cultural. Resolver esse dilema não depende só dela, mas de outros fatores que lhe são exógenos, ainda que não refratários a sua influência. Exige uma nova política regional no país, objetivando construir uma rede policêntrica de cidades, conjugada aos fins maiores do desenvolvimento nacional (Diniz, 2009).

Em síntese, queremos deixar consignado o inegável papel polarizador da metrópole paulista nas condições da economia brasileira e mundial contemporâneas, pautadas pelo predomínio do trabalho imaterial e dos nexos informacionais presidindo a atividade produtiva, assim como pelo funcionamento das grandes cidades mundiais (aglomerações urbano-regionais) na qualidade de núcleos de comando, produção e difusão de mensagens. Milton Santos resume bem a particularidade da capital paulista: “Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e de outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Este é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil” (Santos, 2008: 59).

Estamos conscientes de que levantamentos adicionais são necessários. Outras linhas interpretativas podem surgir. Bem como, frente à complexidade e o dinamismo das mudanças na realidade contemporânea, um monitoramento permanente pode detectar alterações nas tendências vigentes. No entanto, até aqui, cremos ser possível sintetizar: a cidade de São Paulo continua sendo o eixo articulador do crescimento do país, eixo este reconfigurado setorial e espacialmente, atuando em uma totalidade móvel que pode ser associada – entre outras aproximações - ao perímetro metropolitano e macrometropolitano. A distribuição e localização das atividades no interior do espaço metropolitano paulista e sua relação com o contexto da reestruturação econômica aponta mais para a redistribuição das atividades produtivas que para a desconcentração ou dispersão substantivas das funções urbanas centrais. Combater os efeitos perversos da perda de competitividade e da desindustrialização em curso é premissa básica para a recuperação econômica do país, em novos parâmetros de inserção internacional. A partir desse pré-requisito é necessário por em prática estratégias consistentes de planejamento regional. Políticas públicas que incorporem uma visão territorial mais extensiva e integrada permitem projetar padrões diferenciados de uso do solo, vinculados a renovadas territorialidades socioeconômicas em vários planos escalares, principalmente no nível nacional. Incluem ainda a criação ou o fortalecimento de polos regionais alternativos, impulsionados por investimentos públicos e projetos de infraestrutura, ambientalmente sustentáveis. Intervenções espacialmente abrangentes

consistem desse modo o fundamento para lidar eficazmente com os fenômenos em marcha na cidade-região paulista, no âmbito de políticas de desenvolvimento de corte democrático.

Referências Bibliográficas

ABDAL, A. (2009). *São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista*. São Paulo, Papagaio.

ABRAMO, P. (2012). “La ciudad com-fusa: mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metrópolis latino-americanas”. *Revista EURE vol. 38 n° 114*. Santiago, PUC-Chile.

APARICIO, C. A. P. e KALEMKARIAN, M. (2013). “O emprego e a mobilidade do trabalhador na Região Metropolitana de São Paulo”. *1ª Análise, n. 1*.

BESSA, V. (2014). “Emprego e Investimentos na cidade de São Paulo: o papel do centro corporativo metropolitano”. *1ª Análise, n. 17*.

BESSA, V. et al. (2012). “Território e desenvolvimento econômico”. In: COMIN, A.A. et al. (Org.). *Metamorfoses paulistanas: atlas geoeconômico da cidade, v. 1*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora Unesp.

BRASIL (2008). *Estudo da dimensão territorial para o planejamento. Volume III: Regiões de referência*. Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

BRENNER, N. (ed.). (2014). *Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin, Jovis Books.

FREIRE, C. T., ABDAL, A. e BESSA, V. Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo competitiva. In: COMIN, A. et. al. (orgs.). *Metamorfoses paulistanas: atlas geoeconômico da cidade*. São Paulo, SMDU; CEBRAP; UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

GASPAR, R. C., APARICIO, C. A. P. e BESSA, V. C. (2015). “A metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna”. In: BÓGUS, L. M. M. e PASTERNAK, S. (orgs.). *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital.

HARVEY, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo.

HOLANDA, S. B. de. (2006). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras (edição original: 1936).

IBGE. *Regiões de influência das cidades 2007* (2008). Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA (2009). *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Vol. 2. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LENCIONI, S. (2015a). “Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro”. *E-metropolis n° 22, ano 6*.

_____ (2015b). “Região Metropolitana de São Paulo como centro da inovação do Brasil”. *Cadernos Metrópole n. 34*. São Paulo, EDUC.

MATTEO, M. (2008). *Alem da metrópole terciária*. Tese de doutoramento. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP.

POCHMANN, M. (2009). *Qual desenvolvimento? oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Publisher Brasil.

ROMERO, J. L. (2009). *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

SANTOS, M. (2008). *A urbanização brasileira*. São Paulo, EDUSP.

SASSEN, S. (2001). *The global city: London, New York, Tokyo*. 2nd edition. New Jersey, Princeton University Press.

_____ (2010). “Cities in today’s global age”. In: *UNESCO. World social science report 2010: knowledge divides*. Paris, UNESCO; International Social Sciences Council.

SCOTT, A. J. (2012). *A world in emergence: cities and regions in the 21st century*. Cheltenham/UK; Northampton/US, Edward Elgar Publishing Ltd.

SOMEKH, N. e GASPAR, R. C. (2012). “Capital excedente e urbanização: o papel dos grandes projetos urbanos”. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 14 n. 2*. ANPUR.

UN-HABITAT (2010). *State of the world’s cities 2010/2011: bridging the urban divide*. Nairobi, UN-Habitat; London, Earthscan.

VAROUFAKIS, Y. (2015). *El minotauro global: Estados Unidos, Europa y el futuro de la economía mundial*. Barcelona, Penguin Random House.